

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: MODALIDADE
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA, NO MUNICÍPIO CATARINENSE DE
GOVERNADOR CELSO RAMOS.**

**CURITIBA
2015**

JOSÉ VALÉRIO SANTIAGO

**ANALISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: MODALIDADE
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA, NO MUNICÍPIO CATARINENSE DE
GOVERNADOR CELSO RAMOS.**

**Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Agronegócio no curso de Pós-graduação em
Agronegócio Departamento de Economia Rural
e Extensão, Setor de Ciências Agrárias,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. MSc. Robson Mafioletti

**CURITIBA
2015**

1. TEMA.....	06
2. SUB TEMA	06
3. PROBLEMA DE PESQUISA.....	06
4. INTRODUÇÃO.....	06
4.1. OBJETIVO GERAL.....	07
4.2. OBJETIVO ESPECÍFICO	07
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
5.1. MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A COOPERATIVA COLIMAR.	07
5.2. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA.....	10
6. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	14
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	15
7.1 SETOR DE COOPERATIVAS.....	18
7.2 SETOR DE PESCADORES.....	21
7.3 SETOR DAS ENTIDADES BENEFICIADAS.....	22
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
9. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	24
10. ANEXOS.....	26
10.1. QUESTIONÁRIOS.....	27
10.2. TITULO 30 - MANUAL DE OPERAÇÕES DA CONAB(MOC).....	29

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) criado em 2003, tem alcançado ano após ano um número maior de Municípios, atendendo os fornecedores que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf e pessoas em situação de insegurança alimentar e ou vulnerabilidade social. Na modalidade Compra com Doação Simultânea os alimentos produzidos pela agricultura familiar são comprados pelo Governo Federal e doados simultaneamente às Entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA, à rede Pública e filantrópica de ensino. A junção dessas duas pontas cria um ciclo virtuoso nos circuitos locais de abastecimento, possibilitando as organizações que produzem ampliar e diversificar sua produção, gerando excedentes para além do Programa e na outra ponta, a dos consumidores, a ampliação do consumo de alimentos em quantidade e qualidade tem permitido a valorização do consumo de alimentos que reforçam e promove hábitos de consumo de base regional, com maior valor nutricional. O presente estudo objetivou identificar no âmbito do Município de Governador Celso Ramos, a importância do PAA, principal programa de aquisição governamental de alimentos, no segmento da Agricultura Familiar, através da COLIMAR, Cooperativa de Produtores de Alimentos de Governador Celso Ramos, composta na sua grande maioria por mulheres nativas do Município e, também do público receptor /consumidor dos produtos oriundos dos projetos de Compra com doação Simultânea – CDS, da Agricultura Familiar. Neste contexto o PAA contribuiu para a melhoria da renda dos pequenos agricultores/pescadores, provando ser uma modalidade de admirável poder estruturante, uma vez que no Município pesquisado, mostrou mudanças em diferentes níveis do processo de produção e na capacidade de organização dos beneficiários fornecedores, pescadores na sua maioria.

Palavras Chave: Programa de Aquisição de Alimentos, Compra com Doação Simultânea; Cooperativa; Governador Celso Ramos.

ABSTRACT

The Familiar Agriculture Food Acquisition Program created in 2003, has acquired year after year a larger number of cities, attending to Pronaf Aptitude Declaration holders and people in unsafe food condition and/or in social vulnerability. In the "Simultaneous Donation Purchase" the food produced by the familiar agriculture are bought by the Federal Government and donated simultaneously to the social assistance entities' network, the public equipment of food and nutritional safety (popular restaurants, communal kitchens and Food Banks) and, in conditions defined by the PAA's Management Group, to the public and philanthropic schools system. The union of this two gates creates a virtuous cycle in the supply locations, allowing the producing organizations to enlarge and diversify their productions, generating excess in addition to the Program, and, in the consumer's side, the increase in the consumptions quantity and quality have allowed the valorization of the food consumption that reinforces and promotes regional based consumption habits, with greater nutritional value. The present study had the goal of identifying throughout the city of Governador Celso Ramos, the importance of the PAA, major food acquisition governmental program, in the Familiar Agriculture sector, through COLIMAR (Food Producer's Cooperative of Governador Celso Ramos), composed mostly of native women of the city and also of the public receiver/consumer of the products derived from the Simultaneous Donation Purchases projects of the familiar agriculture. In this context, the PAA contributed to the improvement of the small farmers' and fishers' income, proving to be an admirable modality of structuring power, once the research in the city showed changes in different process levels and in the organization ability of the beneficiary supplier, fishers, in the majority."

Keywords: Simultaneous Donation Purchase; Food Acquisition Program;
Cooperative; Governador Celso Ramos.

1. TEMA: Instrumento de Política Pública.

2. SUB-TEMA: Influência de Instrumento de Política Pública nos diferentes setores envolvidos.

3. PROBLEMA DE PESQUISA: Qual a influência na questão produtiva, organizacional e assistencial do instrumento de Compra com Doação Simultânea nos setores envolvidos?

4. INTRODUÇÃO.

Os pescadores, por vezes, se unem em prol de uma organização comunitária, diante dessa premissa, cada um se organiza dentro da cultura mais adequada. Isso não quer dizer que todos tenham que trabalhar com produtos diferenciados, mas a grande maioria opta por produtos para serem comercializados junto a Agricultura Familiar, que remetem tanto para a iniciativa privada como para as Entidades assistenciais.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), criado em 2003, tem alcançado ano após ano um número maior de Municípios, atendendo agricultores familiares e pescadores portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf e pessoas em situação de insegurança alimentar e ou vulnerabilidade social. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O presente estudo objetivou identificar em âmbito municipal, a importância do PAA, principal programa de aquisição governamental de alimentos, no segmento da Agricultura Familiar e também do público receptor/consumidor dos produtos oriundos dos projetos de Compra com doação Simultânea – CDS, da Agricultura Familiar. No contexto de agricultura familiar/pesca, a COLIMAR, situada no Município de Governador Celso Ramos tem foco em projetos ligados a Doação Simultânea,

comprando produtos da pesca e os processando para posteriormente doá-los as Entidades assistidas pelo próprio Município como também nos Municípios vizinhos.

Após uma breve caracterização do PAA, é avaliada a operacionalização do instrumento Compra com Doação Simultânea no Município de Governador Celso Ramos, desaguando em uma série de considerações acerca das percepções dos diferentes atores envolvidos no processo.

4.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a importância do PAA no segmento da Agricultura Familiar e também do público receptor/consumidor dos produtos oriundos dos projetos de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.2.1. Elaborar uma síntese da Operacionalização do PAA, no Município de Governador Celso Ramos, no período de 2010 a 2014.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1. MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A COOPERATIVA COLIMAR.

O Estado de Santa Catarina é composto por 295 Municípios (IBGE) sendo que desses, 31 ocupam a faixa litorânea de todo o estado (EPAGRI).

A colonização de Governador Celso Ramos começou há mais de 200 anos, com a vinda de portugueses atraídos pela pesca da baleia. Especializada em extração de moluscos, a cidade é considerada uma das maiores produtoras de marisco de cultivo de Santa Catarina e um importante centro pesqueiro. Os mesmos açorianos que fundaram a vizinha São Miguel iniciaram o povoamento de Governador Celso Ramos, que pertenceu a Biguaçu até 1963.

A caracterização da qualidade de vida do Município apoiou-se no uso de indicadores reconhecidos e amplamente utilizados, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Governador Celso Ramos alcançou 0,790, colocando o Município na 169ª posição estadual neste indicador.

A economia do Município além de estar fortemente baseada no cultivo da maricultura e da pesca, também tem sua renda vinculada ao turismo, dispondo de resorts e parques aquáticos, restaurantes, hotéis fazenda, marinas, pequenos comércios e passeios de barcos.

Ainda na década de 1960, no Município de Governador Celso Ramos, pescadores e agricultores tinham suas atividades voltadas para o próprio consumo, aonde se observava o plantio de produtos agrícolas que eram trocados entre os membros da comunidade, prática esta comum também entre os pescadores. Neste período não se registrava a comercialização pesqueira e agrícola, cuja prática era marcada pelo escambo com o objetivo de suprir a necessidade alimentar das famílias de pescadores e agricultores.

Com o passar dos anos, na comunidade de Ganchos, hoje denominada Governador Celso Ramos, a pesca deixou de ser essencialmente voltada apenas para a subsistência das famílias, mas destinou-se também ao mercado mais amplo, fora das fronteiras da própria comunidade e também ultrapassando fronteiras interestaduais. Desta forma a pesca não se destinava somente ao sustento, mas também à comercialização que contribuía para fixar cerca de 1.500 profissionais envolvidos com a atividade, direta ou indiretamente. Entre estes se encontram os descascadores, intermediários, fazedores de redes, canoeiros, camaradas e outros. (LAGO, 1961).

A COLIMAR – Cooperativa de Produtores de Alimentos de Governador Celso Ramos – SC, foi fundada em 27 de junho de 2003, com o objetivo de agregar valor ao produto pescado e gerar trabalho e renda para as famílias dos pescadores do Município. A Cooperativa está instalada em local estratégico do Município de Governador Celso Ramos, na região da Grande Florianópolis, industrializa e comercializa produtos oriundos da maricultura, pesca, bem como alguns produtos também industrializados por ela no seguimento de biscoitos. A cooperativa é

responsável pelo processamento e comercialização de pratos considerados típicos na região do litoral catarinense, como, mariscos, ostras gratinadas, bolinhos de peixe, rissoles, etc. Devido ao dinamismo e iniciativas, vem conquistando seu lugar de destaque, contribuindo com a diminuição da fome e da miséria no País, especialmente com a doação de seus produtos processados, por diversos Municípios que compõem a região da grande Florianópolis.

A Composição da Diretoria é aproximadamente 80% ocupadas por Mulheres, moradoras e Pescadoras nativas da região do Município de Governador Celso Ramos. As duas atividades predominantes para geração de renda da comunidade local, são a pesca e o turismo. Tanto a pesca (instável) como o turismo (sazonal), principais fontes de renda, são insuficientes para a manutenção da estabilidade econômica da localidade, fazendo com isso que seus pares e filhos, para ajuda no sustento da família, se propõem em trabalhar em outras atividades correlatas a construção civil e também em outra atividade que é pertinente no Município. Esta nova atividade, que hoje já está se organizando, trata-se de cuidadores ou vigias das propriedades particulares, devido ao grande número de pessoas que usam o Município como zona balneária, construindo suas casas de veraneio, que ficam isoladas durante todo o período de inverno. Localidades e bairros como praia de Palmas, Balneário da Praia Grande e Armação da Piedade, entre muitas outras, são habitadas quase que na sua totalidade por moradores de temporadas e respondem por mais de 70% da arrecadação do Município sendo pela cobrança de impostos prediais e territoriais, como também proporcionam com contratos verbais, com alguns moradores natos na prestação dos serviços acima mencionados.

Durante os anos de 2010 a 2014 a COLIMAR foi a única Cooperativa do Município de Governador Celso Ramos a participar do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Compra com Doação Simultânea por iniciativa e dinamismo das mulheres nativas do Município, que viram no Programa a possibilidade de agregar valor ao pescado.

5.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

No final dos anos 90, começa o debate sobre o Projeto Fome Zero, o foco deste projeto era proporcionar à população que passava fome, acesso a alimentação de qualidade e com regularidade. Foi lançado oficialmente em 2001 pelo Instituto da Cidadania, como uma proposta de segurança alimentar para o Brasil. Segundo Betto (2004) o Programa Fome Zero apresenta-se a sociedade como uma proposta de política pública para combater a fome e suas causas estruturais e garantir o direito universal a alimentação, através de políticas estruturais com vistas à distribuição de renda, crescimento econômico, geração de empregos, reforma agrária entre outras. Não considerada de caráter assistencialista nem mesmo as ações emergenciais, pois mais que doar alimentos o Programa Fome Zero propunha à geração de renda e trabalho, mesmo que em algum momento trabalhe com ações emergenciais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Fome Zero¹, visando implementar ações no âmbito das políticas agrícola e de segurança alimentar, com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome. Sendo o instrumento utilizado para garantir ao produtor familiar a compra de seus produtos, diretamente ou por meio de associações ou cooperativas, de forma a equilibrar sua renda sem a interferência das oscilações do mercado, permitindo uma remuneração capaz de custear suas despesas familiares de forma homogênea. Para Zimmermann e Ferreira (2008) o PAA contribuiu para a organização e planejamento da oferta de produtos, na produção na classificação e acondicionamentos e qualidade sanitária dos produtos da agricultura familiar. Ainda, destacam a contribuição no aumento da diversidade e na qualidade dos alimentos oferecidos para a comercialização influenciando os mesmos fatores sobre a alimentação para o autoconsumo das famílias fornecedoras, resgatando costumes, hábitos e culturas alimentares locais ou regionais. Além de agricultores familiares, o Programa beneficia também os silvicultores, aquicultores,

¹Informações retiradas do site do Programa Fome Zero. Disponível em: www.fomezero.gov.br
<Acesso em 21 de FEVEREIRO DE 2015>

extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

No ano de 2004, iniciaram-se as Operações do PAA em três modalidades, sendo: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CAEAF – CPR Doação) e a Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Formação de Estoque (CAEAF – Formação de estoque). Atualmente as duas últimas modalidades são denominadas de Compra com Doação Simultânea (CDS) e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque).

A CPR-Doação, CDS, tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o direito humano à alimentação adequada. A modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar/pesca atenda às necessidades de complementação alimentar das escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, das Entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e, em condições específicas definidas pelo grupo gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino.

Os projetos do PAA têm a participação dos agricultores/pescadores e/ou suas organizações (associações, cooperativas) e contam com a participação das prefeituras e do Governo Estadual. Os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar aprovam os projetos e conferem maior confiabilidade à sua fiscalização e execução. Para participar de qualquer modalidade, os agricultores precisam se enquadrar no disposto no Decreto 7.775 de 04 de julho 2012, que regulamenta a Lei 10.696/2003 que estabelece como: “beneficiários fornecedores - público apto a fornecer alimentos ao PAA, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art.3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006”; e, preferencialmente, estarem organizados em cooperativas e associações. Com essa medida, o governo busca incentivar a melhor organização dos produtores para a comercialização dos seus

produtos. O principal fator que caracteriza esta atividade é a predominância da força de trabalho familiar.

Como a grande maioria dos beneficiários fornecedores é constituída por pessoas com características semelhantes, com renda e grau de instrução proporcional e com pequeno ou quase nenhum excedente de produtos comercializáveis, é com elas que se dedica a maior parte da pesquisa, pois a sua grande maioria participa das modalidades do PAA, porém poucos conhecem de sua operacionalização. O PAA possibilitou a criação de canais de comercialização potencializadores da agricultura familiar, elevando sua renda e inserção nos mercados locais, sobretudo nas modalidades Compra com Doação Simultânea da Agricultura Familiar (CDS) e Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF). Foram percebidos resultados positivos, tanto na perspectiva da agricultura familiar, quanto sob a ótica da segurança alimentar, de parcelas vulneráveis da população. Tais resultados foram observados no estudo realizado pelo MDS, sobre a implementação e a sustentabilidade do PAA em Santa Catarina, mesmo que essas modalidades, numa análise sem aprofundamentos, trabalhem, na maioria dos casos, com beneficiários fornecedores mais organizados e com melhores condições produtivas, entre os potencialmente beneficiados. Essas duas modalidades permitiram que muitas instituições beneficiadas pelas doações dos alimentos do Programa, melhorassem a qualidade e a diversidade da alimentação ofertada, gerando ainda economia de recursos financeiros que puderam ser aplicados na ampliação ou adequação dos serviços prestados (MDS, 2007).

O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com os governos estaduais e municipais e através de um termo de Cooperação Técnica com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Para participar do Programa, o agricultor deve preencher os requisitos estabelecidos na legislação vigente, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A DAP é um documento que identifica o trabalhador da pesca ou piscicultor enquadrado como agricultor familiar e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas e confere a estes o direito a acessar políticas públicas, como o

Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Habitação Rural, Biodiesel, entre outras, e é emitida gratuitamente. Quando ele for a uma agência bancária para fazer empréstimo ou financiamento do Plano Safra, por exemplo, será necessário que ele apresente a DAP. O documento especifica alguns dados importantes, como a produção pesqueira e quanto arrecadam anualmente.

É importante esclarecer que a DAP é para a Unidade Familiar, portanto compreende o conjunto da família (marido ou companheira, esposa ou companheiro, e filhos) e eventuais agregados(as).

Os pescadores que desejarem obter o documento devem ter a carteira de pescador profissional atualizada.

Todas as comunidades participantes ao se identificarem dentro do Programa procuram trazer um olhar focado nos resultados esperados, vislumbrando um retorno financeiro e o estímulo à permanência do trabalhador/pescador rural na sua região.

Atualmente podem ser citados inúmeros resultados alcançados pelo PAA, tanto como um instrumento de política agrícola de comercialização, como um poderoso mecanismo de assistência alimentar, assegurando o fornecimento de alimentos para inúmeras pessoas que se encontram em estado de insegurança alimentar. A junção dessas duas pontas cria um ciclo virtuoso nos circuitos locais de abastecimento, possibilitando as organizações que produzem ampliar e diversificar sua produção, gerando excedentes para além do Programa (o que vem possibilitando em muitos casos promover relações com o mercado por meio de outros canais de comercialização), e na outra ponta, a dos consumidores, a ampliação do consumo de alimentos em quantidade e qualidade tem permitido a valorização do consumo de alimentos que reforçam e promove hábitos de consumo de base regional, com maior valor nutricional (PORTO, 2009).

Embora o Estado de Santa Catarina ocupe apenas 1,13% do território nacional, destaca-se por ser o maior produtor nacional de maçã, alho, suínos e ostras, segundo em aves e tabaco, estando ainda entre os maiores produtores de cebola, banana, mel e peixes. Em meio a uma variada gama de produtos oriundos da agricultura familiar, tem sido possível implementar a compra de sessenta itens ou mais, em um único projeto, pelo mecanismo de Compra da Agricultura Familiar com

Doação Simultânea (CDS). Atualmente cerca de três mil itens de alimentos estão cadastrados no Programa, contemplando, desta forma, a agrobiodiversidade do país (SOUZA, 2009).

O programa é operacionalizado pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) ou por meio de convênios celebrados entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os governos municipais e estaduais. A execução se dá por meio da aquisição de alimentos, nas modalidades Compra com doação simultânea, Compra Direta, e da formação de estoques públicos e da agricultura familiar, respeitando-se limites de valores máximos por agricultor/pescador que vão de R\$ 4,5 mil a R\$ 9 mil reais por ano civil, dados estes atualizados conforme anexo 30 deste trabalho. (BRASIL, 2009).

A Compra com Doação Simultânea foi criada objetivando promover a articulação entre a produção e o consumo. Os alimentos produzidos pela agricultura familiar são comprados pelo Governo Federal e doados simultaneamente às Entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA, à rede Pública e filantrópica de ensino.

Marinho (2014) fala sobre a capacidade que a CDS tem em conectar a produção e o consumo, além do fortalecimento das economias locais, o colocam como preferencial aos agricultores familiares/pescadores que possuem algum tipo de excedente produtivo. Tanto os produtores como os consumidores, passam a ser auto protegidos no que diz respeito aos meios de subsistência e das alimentares básicas. Ao mesmo tempo, ficam protegidos das variações de preço e de oferta de alimentos em âmbito regional, pois o preço é regido pela dinâmica estabelecida pelo grupo gestor do PAA e pela Conab.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para se encontrar algumas respostas, optou-se pela realização de uma pesquisa qualiquantitativa a partir de um estudo de caso. Foi utilizada a triangulação de métodos sendo estes: análise de documentos secundários, entrevistas

semiestruturadas com perguntas fechadas além da observação direta. Este tipo de entrevista é de caráter fechado onde o pesquisador delimita um roteiro de entrevista e o entrevistado responde estritamente o que está estruturado, entretanto os devaneios são somente ouvidos e posteriormente colocados em pauta conforme organização do entrevistador. Com isso, está se resguardando desvios no tema original, conforme Gil (2008).

Para Minayo (2012), a pesquisa qualiquantitativa responde por questões muito particulares, atentando para um nível de realidade que nem sempre pode ser quantificado, como significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes. Flick (2009) destaca as pesquisas qualiquantitativas como relevantes para o estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas da vida. O mesmo autor afirma que os aspectos essenciais de uma pesquisa qualitativa são a apropriabilidade de métodos e teorias além das perspectivas dos participantes.

A pesquisa apresentada embasa-se em aspectos teóricos que envolvem o papel do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Compra com Doação Simultânea – CDS, utilizando-se de revisão bibliográfica, dados não publicados da Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB – Superintendência Regional de Santa Catarina e em questionário aplicado aos três atores envolvidos na operacionalização: Cooperativa, produtores e unidades consumidoras. Na sequência, utilizando dados secundários, disponíveis nos Censos Agropecuários e Demográficos e também os dados ainda não publicados disponibilizados pela Superintendência Regional da Companhia Nacional do Abastecimento em Santa Catarina.

Não será realizada uma análise crítica do programa PAA, apenas a operacionalização e execução na visão dos três atores envolvidos diretamente no processo.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como forma de responder o problema de pesquisa utilizou-se o sistema de pesquisa descritiva, que conforme afirmação de Rui (2001) procura o que acontece

na realidade, sem interferência em nenhum aspecto, além de conferir confiabilidade nas respostas coletadas.

Nas entrevistas realizadas, notou-se uma grande preocupação com a continuidade do Programa PAA. Obviamente não poderia ser de outra forma, pois tanto fornecedores quanto recebedores entendem a necessidade de se combater ao problema da fome junto as Entidades assistenciais, e da necessidade de se garantir a comercialização do produto visando a manutenção da renda.

Os questionamentos sobre os programas sociais que objetivam inclusão produtiva e geração de renda dizem respeito à sua capacidade de garantir um processo sustentável de desenvolvimento das capacidades econômicas dos beneficiários. Nesta linha, a modalidade Compra com Doação Simultânea neste estudo, é analisada através da perspectiva que oferece, entre outros benefícios, uma oportunidade nova de mercado para produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar. Esta análise sugere que, o PAA por oferecer uma possibilidade comercial, desempenha um papel significativo na melhoria das capacidades de acesso a mercados desses beneficiários fornecedores, pois se mostra importante na promoção de uma série de mudanças nos processos produtivos e organizacionais.

O PAA tem como objetivo central “(...) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2010). Infere-se que o programa atua em duas etapas importantes no suprimento alimentar: na produção e no momento do consumo.

No quadro abaixo é apresentado um resumo da Operacionalização do PAA – Compra com Doação Simultânea, executado pela Superintendência Regional de Santa Catarina, no período de 2010 a 2014, onde a COLIMAR é protagonista e efetivou diversos projetos.

Quadro 1. Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Compra com Doação Simultânea – Município de Governador Celso Ramos – Período Avaliado 2010 à 2014.

ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA	MUNICÍPIO ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA	PRODUTO	QUANTIDADE TOTAL (KG)	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)	ANO	Nº PARTICIPANTES FORNECEDORES	Nº DE UNIDADES RECEBEDORAS	Nº TOTAL BENEFICIÁRIOS CONSUMIDORES
COOPERATIVA DE PRODUTORES ALIMENTOS GOVERNADOR CELSO RAMOS	GOVERNADOR CELSO RAMOS	DERIVADOS DE PEIXE	82.364	R\$ 784.489,50	2011	21	2	1.603
					2012	20	2	1.603
					2012	36	2	1.781
					2013	37	4	2.901
					2014	14	3	2.090
					TOTAIS	128	13	9.983

Fonte: Compilação de dados (não publicados) Gerência de Operações – CONAB/SUREG-SC

O quadro acima mostra os dados do programa PAA no período de 2010 a 2014, no município de Governador Celso Ramos onde foram realizados 5 projetos com a participação de 128 fornecedores/pescadores, 13 unidades recebedoras e um total de 9983 consumidores finais. Percebe-se que neste período, os fornecedores/pescadores obtiveram uma renda anual média R\$ 6.128,82. Segundo os entrevistados, o programa provocou uma mudança positiva sobre a geração de renda dos pescadores. Conforme as normas operacionais da Conab, descritas no Manual de Operações da Conab – Título 30 – Compra com Doação Simultânea, esta modalidade de compra, necessita, além da Cooperativa, mais dois setores importantes da Sociedade, que se completam com os Pescadores e Entidades beneficiadas.

A partir do item 7.1, começaremos a análise crítica dos questionários aplicados.

7.1. COOPERATIVAS

Foram aplicadas 23 (vinte e três) perguntas sobre todos os aspectos que norteiam o Título 30 (anexo) e que se efetivam nesta modalidade de CDS, que serão comentadas individualmente conforme proposta inicial.

As perguntas de **2.1 a 2.6, 2.16 e 2.17** foram direcionadas ao PAA, pois são requisitos básicos para participar do programa, caso contrário os projetos após análise dos Técnicos da SUREG-SC, seriam reprovados e não haveria liberação dos recursos. Na questão **2.7**, a maioria das respostas foram favoráveis a criação de programas sociais que “ensinem a pescar”.

Nas questões 2.8, 2.9 e 2.14 percebe-se que em alguns Municípios do Estado de Santa Catarina, principalmente neste visitado, a Prefeitura não possui o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), com isto prejudicando diretamente os Pescadores, Produtores e Indústrias que estão estabelecidas nestes Municípios. Conforme estabelece o título 30 do MOC (Manual de Operações da CONAB), para fornecer alimentos beneficiados/processados é necessário que seja inspecionado, como o Município não tem esse tipo de inspeção, a exigência para atendimento as normas faz com que as cooperativas recorram a Municípios vizinhos. Ocorre que desta falta, alguns produtos passam a ser adquiridos dos Municípios que possuem a fiscalização, com isso tirando arrecadação e mão de obra do Município onde está sediada a Cooperativa/Indústria. Faz-se necessário que as associações, sindicatos interajam e exija da Prefeitura local um posto de fiscalização Municipal para amparar seus produtores/pescadores. Inferimos no decorrer das análises da pesquisa que um dos grandes entraves da pesca artesanal na região é a deficiência na governança local, pela presença de uma cultura política clientelista e paternalista, permeada pelo desinteresse dos próprios pescadores artesanais.

No caso específico da COLIMAR, para poder operar com o PAA, o produto acha o amparo para comercialização, na Resolução nº. 23 de 15/03/2000 da ANVISA/MS – Procedimento Básico para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro Pertinentes a Área de Alimentos e na Concessão, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da permissão do uso do Selo de Identificação da

Participação da Agricultura Familiar – SIPAF publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2013.

A questão **2.10** aponta que o número de sócios da Cooperativa é relativamente baixo, variando em até 50 sócios, considerando que foi percebida uma barreira entre os sócios e a exigência para entrada de novos. O Brasil ainda está caminhando no setor Cooperativo e com o PAA e seu programa, a sociedade está percebendo que o caminho é a organização, pois sem ela os programas não caminham.

Analizando as questões **2.11, 2.13 e 2.18**. Como no caso de pescadores às vezes participam com poucos produtos, a grande maioria por uma questão muito simples, que é a própria sobrevivência e de sua família, comercializa seus excedentes em pontos distribuídos pelos Municípios que são os supermercados e outros. O próprio programa PAA, elabora uma linha de comercialização que deve ser atendido pelos participantes, conforme Título 30. Portanto trata-se de uma Cooperativa que processa bolinhos de peixe e pirão de peixe, utilizando a matéria prima denominada emplasto, que nada mais é que a carne de peixe limpa e sem espinhas.

Na questão **2.12**, percebe-se, pelas informações coletadas, que em todos os segmentos, sugere-se que a CONAB avance muito neste sentido, pois são muitas normas e documentos exigidos para que um projeto seja efetivado. Desta maneira, resta somente que para os interessados em participar dos programas governamentais, PAA-CDS, seja terceirizada toda a parte de projetos, sua elaboração, documentação, contratos etc.

Questão **2.15**, todos sabem que são importantes para seus Municípios, o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), entretanto é necessário que o próprio Município também se importe com seus contribuintes e comunidades respaldando-as com suas obrigações, neste caso no que se refere a esse serviço.

2.19, 2.20, Sobre este aspecto de ponto de vendas, existe uma preocupação neste sentido, principalmente pela falta de mão de obra ou mesmo espaços adequados com equipamentos necessários. Para que possam atender as demandas, são necessários grandes investimentos financeiros que não estão disponíveis no

caixa e as instituições financeiras trabalham com juros muito elevados, tornando-se difícil para que honrem seus compromissos.

2.21, A Cooperativa de Pescadores apresenta em seu quadro social, mais de 70% dos sócios do sexo Feminino, neste sentido, segundo Míriam Nobre “O governo federal, em 2011, alterou os procedimentos de acesso ao PAA para ampliar a participação das mulheres. A participação de mulheres passa a ser considerado critério de priorização na seleção e execução de propostas, em todas as modalidades e por todos os operadores do PAA. Ficou definido que no mínimo 5% da dotação orçamentária do PAA devem ser destinadas para as organizações compostas por 100% de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de 70% de mulheres na composição total.”

2.22, Com Referência as embalagens utilizadas para o envasamento dos produtos, são adquiridas de atacadistas locais, por motivos que as indústrias exigem uma quantidade mínima muito além da utilizada pela Cooperativa, desta forma se tornando mais dispendiosa a compra, aumentando significativamente a composição dos custos do produto.

2.23, Certamente este programa do governo, mantém os pescadores em suas comunidades e de longe não existe nada parecido que ampare e segure renda para os mesmos. Percebe-se igualmente que houve grandes modificações em termos de estruturação dos beneficiários em grupos formais. No Município de Governador Celso Ramos, esta modalidade propiciou a regularização da COLIMAR, que por ter sido fundada antes do lançamento do PAA, ainda não estava consolidada. Ressalta-se ainda o aumento do número de associados e o maior engajamento de sócios frente as atividades da Cooperativa, exemplificado pelo aumento da presença em reuniões. O total de recursos recebidos pela cooperativa no período de quatro anos ultrapassou os R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Nesta ótica a alocação deste recurso é também voltada para o reinvestimento em favor da Cooperativa, seja na adequação da infraestrutura ou na aquisição de conhecimentos sobre a elaboração de projetos de produção e venda. Esta construção de conhecimento é contínua e pautada nos erros e acertos experimentados na participação do programa. Inicialmente, as organizações em geral necessitaram de apoio externo (Epagri,

consultores) para a elaboração de projetos, mas com o passar dos anos já conseguem ingressar no programa de forma independente.

7.2. SETOR DE PESCADORES.

No que se refere ao perfil dos pescadores de Governador Celso Ramos, verificamos que a grande maioria são homens, contudo as mulheres têm uma presença significativa. A média de idade é de 30 a 60 anos, com baixo grau de escolaridade e em sua maioria estão vinculados institucionalmente às Colônias de Pescadores ou ao Sindicato. Vivem no município cerca de 525 famílias integradas entre si através do vínculo da pesca, cuja atividade atravessa gerações desde a imigração dessa parcela da sociedade. Utilizam mão de obra familiar, de vizinhos ou de parentes. Desde cedo, os filhos menores participam das atividades, principalmente em épocas de safra do pescado (tainha) e, conseqüentemente, ocorre o baixo nível de escolaridade. Os preços oscilam, dependendo da abundância ou da escassez de pescado, ocasionando situação de inconstância na renda familiar. Dessa forma, a intensidade da atividade pesqueira é variável fazendo com que alguns integrantes da família realizem outras tarefas importantes no processo de produção, como o beneficiamento dos pescados e manutenção de equipamentos de pesca. Frequentemente combinam outras atividades como a agricultura, a construção civil e o comércio nas entressafras: As famílias também combinam em sua estratégia de vida, rendas da pesca e de outras fontes. Durante três meses por ano o pescador é impedido, pela lei, de pescar, para que as espécies de peixe possam se reproduzir é a época do defeso (COTRIM, MIGUEL, s/d, p. 14). De acordo com os agricultores/pescadores entrevistados, a renda maior provem da pesca e do processamento do pescado. Os beneficiários fornecedores possuem, em média, dois filhos por família. Verifica-se a diminuição desse número às gerações passadas, ocasionando hoje um problema de escassez de mão de obra, tanto familiar como de terceiros. Segundo o entrevistado da Família 1 “[...] agora a gente está sozinho, só o casal... os filhos cada um seguiu a sua vida”, e a produção como fica? “... por enquanto estamos dando conta...”.

Foram entrevistados cinco pescadores utilizando questionários contendo 11 perguntas cada. Na análise subjetiva das respostas evidencia-se uma mudança provocada pelo PAA. Alguns pescadores (as) mencionam que, baseados nos valores pagos pela CPR – Doação (Cédula do Produtor Rural), são capazes de negociar melhores preços em diferentes mercados. Percebe-se ainda, em alguns casos, as possibilidades abertas pelo programa para o investimento em produto de maior valor agregado. Entretanto a comercialização destes produtos enfrenta dificuldades principalmente em matéria de cumprimento da regulamentação sanitária, pois os regulamentos sanitários instituídos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) não são de fácil acesso para as pequenas organizações de pescadores, visto que o Município de Governador Celso Ramos não possui o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), o que impossibilita o beneficiamento de produtos de origem animal.

7.3. SETOR DAS ENTIDADES BENEFICIADAS

Neste setor foram entrevistadas duas Entidades Beneficiadas que prestam assistência social às pessoas em risco de insegurança alimentar: uma do Município de Governador Celso Ramos e a outra em Biguaçu. Ambas responderam um questionário com 13 perguntas. Nas entidades foram distribuídos cerca de 82 toneladas de alimentos para aproximadamente 9.938 pessoas. Foi relatado um aumento considerável no número de pessoas atendidas nestes quatro anos. Além de um grande grupo ser beneficiado pela doação de alimentos concomitantemente observou-se um maior envolvimento dos novos membros em outras atividades disponibilizadas pela entidade recebedora. Em algumas situações condiciona-se o recebimento de doações à participação em reuniões ou palestras educativas, estimulando os recebedores a se envolverem nas mais diversas questões, que podem ir desde discussões sobre cidadania a cursos de alfabetização e culturais.

Essas inferências reforçam a complexidade do PAA, tanto do ponto de vista de inclusão produtiva e social, meio do fortalecimento da necessidade de agregação de valor aos derivados da piscicultura e do atendimento às populações em situação

de insegurança alimentar e nutricional, como dinamizador do potencial associativista local.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Chmielewska et al. (2010), embora as capacidades desenvolvidas sejam essenciais para facilitar a participação dos produtores nos mercados agrícolas, não são suficientes para promover o acesso a estes, uma vez que o PAA é visto atualmente pela maior parte dos beneficiários fornecedores como o melhor canal de comercialização disponível.

O Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Compra com Doação Simultânea tem provado ser uma modalidade de admirável poder estruturante. Contudo, percebe-se que as formas associativistas existentes no município tem pouca representatividade. As políticas públicas, deveriam ser orientadas no sentido de fortalecimento da formação de redes solidárias.

Dentre os principais debates ocorridos, no âmbito do PAA, como, a crítica ao possível assistencialismo e ao grau de dependência que a Compra com Doação simultânea poderia causar, percebe-se que tal modalidade veio, mesmo que de modo embrionário, fortalecer a capacidade de organização dos fornecedores envolvidos, por meio do aumento do número de associados, do maior engajamento frente às atividades da cooperativa e, em alguns casos, do investimento dos recursos em bens da organização. Concluí-se, portanto que ação da Colimar no município, ameniza, em parte, a perda de estoques pesqueiros.

O percentual elevado de mulheres na Cooperativa COLIMAR demonstra uma tendência para que outras instituições reconheçam a força da organização feminina, visto que o trabalho desta Cooperativa oferece novas oportunidades para efetivação de futuros projetos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/>>. Acessado em: 03 de março de 2015.

_____. Decreto no 6.959, de 15 de setembro de 2009. Diário Oficial da União, 15 de setembro de 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2015.

_____. **O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2576761>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2015.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos. Legislação básica: leis, decretos, portarias e resoluções. CONAB, Dezembro, 2014**. Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos – Histórico do Município. <Disponível em <http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/conteudo/?item=16611&fa=3851>> Acesso em 03 de março de 2014.

_____. Resolução n. 39, de 26 de janeiro de 2010. Diário Oficial da União, Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, <disponível em www.conab.gov.br> acesso em 20 de fevereiro de 2015.

_____. Programa de Aquisições de Alimentos. **Relatório Gerenciais Superintendência Regional de Santa Catarina CONAB, 2014**. Material não publicado.

BETTO, Frei. **A fome como questão política**. Fome Zero: textos fundamentais. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004. 156 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. - **PAA:10 ANOS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**.-- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, 2014.

Censo Populacional 2010 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010). Visitado em 23 de fevereiro de 2015.

CHMIELEWSKA, D. , SOUZA, D. & lourete ,**O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes Orientadas ao mercado:** estudo de caso no estado de Sergipe. - Texto para Discussão IPEA, 2010. <Disponível em www.ipea.gov.br – acesso em 06 de março de 2015>

Conab Companhia Nacional de Abastecimento. **Oficina de documentação participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA.** Relatório Síntese.CONAB,2006. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conaweb/agriculturafamiliar/paa_legislacao.l> Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Rodrigues, M.C. - **Segurança Alimentar e Nutricional através da Agricultura Familiar: O PAA em São Lourenço do Sul.** Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao PLAGEDER – UFRGS.<Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38281/000820432.pdf?equence=1>> Acesso em 18/04/2015.

10. ANEXOS

10.1. QUESTIONÁRIOS.

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS, PRODUTORAS E RECEBEDORAS NO SEGMENTO: COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA			
Como trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal do Paraná – UFPR, eu, José Valério Santiago, solicito a colaboração dos senhores para responderem ao questionário abaixo. Este tem como objetivo obter informações referente ao desempenho do PAA no Estado de Santa Catarina.			
1. IDENTIFICAÇÃO:			
Nome da Org. Fornecedora:			
Município/UF:			
Contato:			
2. AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA: COOPERATIVA			
	SIM	NÃO	N/A
2.1 O(A) senhor(a) participa com projeto junto ao PAA – na modalidade CDS – Compra com Doação Simultânea, armazena adequadamente os produtos antes da entrega? De que maneira?	()	()	()
2.2 O(A) senhor(a) possui algum controle/anotação da quantidade de produtos entregues por cada beneficiário Fornecedor?	()	()	()
2.3 O(A) senhor(a) possui algum registro/anotação da quantidade de produtos entregues a cada unidade recebedora?	()	()	()
2.4 O(A) senhor(a) possui comprovante de pagamento devidamente assinado pelo beneficiário fornecedor ou de depósito bancário referente ao pagamento aos beneficiários fornecedores?	()	()	()
2.5 O(A) senhor(a) faz algum tipo de desconto no pagamento aos beneficiários fornecedores a título de taxa administrativa e este desconto está registrado em ata de assembleia, estatuto ou em documento assinado pelos beneficiários fornecedores?	()	()	()
2.6 O(A) senhor(a) concorda que o projeto está sendo conduzido de acordo com as finalidades do PAA? Programa de Aquisição de Alimentos.	()	()	()
2.7 O(A) senhor(a) entende que a melhor estratégia é dar o peixe ou ensinar a pescar?	()	()	()
2.8 O(A) senhor(a) tem e os guarda, para os produtos de origem animal (<i>in natura</i> , manipulados ou processados) SIF, SIE, SIM ou, no âmbito municipal, atestado/laudo/declaração que comprove a qualidade do produto? Serviço de Inspeção Federal – Serviço de Inspeção Estadual – Serviço de Inspeção Municipal.	()	()	()
2.9 O(A) senhor(a) compra seus produtos <i>in natura</i> de diversos fornecedores no Município?	()	()	()
2.10 O(A) senhor(a) sabe informar quantos sócios tem a Cooperativa?	()	()	()
2.11 O(A) senhor(a) sabe informar se a cooperativa industrializa algum produto?	()	()	()
2.12 O(A) senhor(a) entende que o PAA é um programa muito burocrático? Cite algumas sugestões para melhorar.	()	()	()
2.13 O(A) senhor(a) Comercializa seus produtos somente no PAA? Caso negativo informe o percentual.	()	()	()
2.14 O Município possui Inspeção Municipal?	()	()	()
2.15 O(A) senhor(a) leva em consideração quanto sua empresa é importante para o Município e também para as entidades beneficiadas com o fornecimento de seus produtos?	()	()	()
2.16 O(A) senhor(a) utiliza as normas do PAA, especificamente as do Título 30 do MOC para cadastrar as entidades beneficiadas com a doação ?	()	()	()
2.17 O(A) senhor(a) tem controle físico/financeiro das compras?	()	()	()
2.18 O(A) senhor(a) pode informar quantos e quais os produtos comercializados no PAA e para terceiros?	()	()	()
2.19 O(A) senhor(a) tem ponto de venda no varejo, da própria Cooperativa?	()	()	()
2.20 O(A) senhor(a) faz ideia de quanto é importante um ponto de venda na própria sede para abrir futuros mercados e também gerar novos empregos na região ?	()	()	()
2.21 O(A) senhor(a) sabe informar se a Cooperativa é composta pela maioria dos sócios do sexo feminino ?	()	()	()
2.22 O(A) senhor(a) concorda que as embalagens e materiais utilizadas são adquiridas direto das INDÚSTRIAS?	()	()	()
2.23 O(A) senhor(a) concorda que o PAA/CDS estão segurando o pescador/produtor no Município?	()	()	()
Data: ____/____/____			
RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA (carimbo)			

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS, PRODUTORAS E RECEBEDORAS NO SEGMENTO: COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA
Como trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal do Paraná – UFPR, eu, José Valério Santiago, solicito a colaboração dos senhores para responderem ao questionário abaixo. Este tem como objetivo obter informações referente ao desempenho do PAA no Estado de Santa Catarina.

4. AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO RECEBEDORA: ENTIDADES

4.1 IDENTIFICAÇÃO:

Nome da Org. Recebedora (entidade):

Município/UF:

Contato:

	SIM	NÃO	N/A
4.2. O(A) senhor(a) confere os produtos, registra as entradas e armazena em local apropriado?	()	()	()
4.3. O(A) senhor(a) está satisfeito com o programa PAA?	()	()	()
4.4. O(A) senhor(a) atende diariamente quantas pessoas?	()	()	()
4.5. O(A) senhor(a) serve quantas refeições/lanches por mês?			
4.6. O(A) senhor(a) enfrenta problemas de ter pessoas que não gostam ou não podem consumir este tipo de alimento?	()	()	()
4.7. O(A) senhor(a) confere se a qualidade está de acordo?	()	()	()
4.8. O(A) senhor(a) poderia mensurar uma nota para o programa PAA?	()	()	()
4.9. O(A) senhor(a) prefere receber alimentos ou cartão corporativo com o valor?	()	()	()
4.10. O(A) senhor(a) entende que este programa é importante para sua Entidade?	()	()	()
4.11. O(A) senhor(a) costuma acompanhar se o produto doado está sendo bem aproveitado?	()	()	()
4.12. O(A) senhor(a) tem informado à Cooperativa sobre remanejar quantidades de produtos que sobram?	()	()	()
3.13. O(A) senhor(a) participa na formulação do cronograma de entrega, conforme sua necessidade e da	()	()	()
3.14. O(A) senhor(a) concorda com as operação do PAA, como está, comprando, industrializando e doando?	()	()	()

Data: ____/____/____

RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO RECEBEDORA(ENTIDADE)

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS, PRODUTORAS E RECEBEDORAS NO SEGMENTO: COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA
Como trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal do Paraná – UFPR, eu, José Valério Santiago, solicito a colaboração dos senhores para responderem ao questionário abaixo. Este tem como objetivo obter informações referente ao desempenho do PAA no Estado de Santa Catarina.

3 AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PRODUTORA: PESCADORES

3.1 IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Pescador/Agricultor:

Município/UF:

Contato:

	SIM	NÃO	N/A
3.2. O(A) senhor(a) possui bloco de nota fiscal de produtor?	()	()	()
3.3. O(A) senhor(a) pode informar se a Cooperativa não comprasse seus produtos, encontraria comprador pelo mesmo preço?	()	()	()
3.4. O(A) senhor(a) está aposentado?	()	()	()
3.5. O(A) senhor(a) sustenta sua família com a ajuda das vendas para a Cooperativa ?	()	()	()
3.6. O(A) senhor(a) vende somente o peixe tipo raia emplasto para Cooperativa?	()	()	()
3.7. O(A) senhor(a) pode informar quantas pessoas estão sob seu sustento na família?	()	()	()
3.8. O(A) senhor(a) pode informar se sua família depende da pesca para sobreviver?	()	()	()
3.9. O(A) senhor(a) acha que melhorou sua condição após a Cooperativa começar a comprar seus produtos?	()	()	()
3.10. O(A) senhor(a) pode informar se produz/pesca somente para Cooperativa?	()	()	()
3.11. O(A) senhor(a), entende que se não fosse o PAA a Cooperativa compraria seus produtos para industrializar/comercializar mesmo com preços diferentes?	()	()	()
3.12. O(A) senhor(a) poderia fazer algumas considerações sobre o PAA, sua permanencia e também sugestões sobre compra de novos produtos?	()	()	()

Data: ____/____/____

RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO PRODUTORA

10.2 – TÍTULO 30 – MANUAL DE OPERAÇÕES DA CONAB(MOC).

TÍTULO 30 – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 019, DE 01/09/2014

- 7) **ELABORAÇÃO DA PROPOSTA:** A organização fornecedora elaborará a “Proposta de Participação”, conforme modelo no Documento 1 deste Título, no PAAnet Proposta, submetendo à análise da Superintendência Regional da Conab (Sureg), seguindo suas orientações até obter aprovação da proposta apresentada.
- 8) **DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:** A análise da “Proposta de Participação”, por parte da Sureg, somente terá início após a entrega, via protocolo, de todos os documentos relacionados na Fase de Habilitação do Documento 13 deste Título – “Lista de Verificação de Documentos”. Da mesma forma, a efetiva contratação do projeto, que corresponde à assinatura da CPR, só acontecerá após entrega, pela organização fornecedora, dos documentos previstos na Fase de Contratação, conforme a seguir:
- “Proposta de Participação”, preenchida no PAAnet Proposta, disponibilizado no sítio da Conab, impressa, devidamente datada e assinada pelos representantes da organização fornecedora e da(s) unidade(s) recebedora(s), após aprovação da Sureg, conforme modelo no Documento 1 deste Título;
 - “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica”;
 - “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Unidade familiar de produção familiar” (DAP Física), acompanhada do extrato da DAP obtido eletronicamente, emitido até 30 (trinta) dias antes da assinatura da “Proposta de Participação”, somente dos Beneficiários Fornecedores não relacionados na DAP Jurídica;
 - Certidões negativas ou respectivos extratos, vigentes, da organização fornecedora junto ao INSS, FGTS, Dívida Trabalhista, Dívida Ativa da União, Receita Federal, e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
 - Estatuto e Ata de eleição e da posse da atual diretoria da organização fornecedora (cópia autenticada);
 - Cópia da Ata ou da memória de reunião, prioritariamente do Conselho Estadual ou Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/COMSEA), ou do Conselho Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) ou do Conselho Estadual ou Municipal de Assistência Social (CMAS), contendo a ciência da proposta apresentada, conforme modelo do Documento 11 deste Título (“Ata ou Memória de Reunião da Instância de Controle Social”);
 - “Formulário Bipartite entre Organização Fornecedor e Representante do Poder Público Municipal” – Documento 2 deste Título, que registra o acordo entre o gestor público local (Prefeito ou Secretário Municipal ou do Distrito Federal) e a Organização Fornecedor sobre as unidades recebedoras previstas na proposta de participação;
 - “Termo de Compromisso da Unidade Recebedora” – Documento 3 deste Título, onde a unidade recebedora assume suas responsabilidades e conhece seus direitos, relativos a sua participação no programa;
 - “Declaração de Aplicação de Recursos” – Documento 4 deste Título, onde a autoridade competente pela gestão dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) declara estar cumprindo a legislação pertinente, no caso específico de conter escolas públicas como unidades recebedoras;
 - “Termo de Compromisso do Beneficiário Fornecedor” – Documento 5 deste Título, onde o Beneficiário Fornecedor assume suas responsabilidades e conhece seus direitos, relativos a participação no programa;
 - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) – Cartão do CNPJ;
 - Cópias autenticadas do RG (Carteira de Identidade) e CPF do(s) representante(s) legal(is) que assina(m) a proposta (Presidente, Vice-Presidente, Secretário ou Tesoureiro);

TÍTULO 30 – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 019, DE 01/09/2014
--

- m) Para Beneficiários Fornecedores em Propostas de produtos orgânicos/agroecológicos, Certificado do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos;
 - n) Documentos relativos ao cumprimento da Legislação Sanitária, de acordo com as "Orientações sobre Legislação Sanitária" – Documento 14 deste Título.
- 9) **PREÇOS DOS PRODUTOS:** De acordo com a Resolução N.º 59 do GGPA, de 10 de julho de 2013.
- 10) **FORMALIZAÇÃO:** Com base na "Cédula de Produto Rural (CPR)" – Documento 6 deste Título.
- 11) **VALOR DA CPR:** Calculado pela quantidade de produto a ser adquirida multiplicada pelo preço ratificado pela Conab, observando-se o limite máximo por beneficiário fornecedor e por organização fornecedora estabelecido no item 6 deste Título.
- 12) **DEPÓSITO DOS RECURSOS:** O valor da proposta aprovada, descontados os tributos federais incidentes, será depositado em conta bloqueada em nome da organização fornecedora, aberta na instituição financeira de sua escolha, por solicitação da Sureg, e que possua acordo de cooperação com a Conab. Os valores depositados na conta bloqueada (vinculada) sofrerão aplicação automática em caderneta de poupança, conforme disposto no Acordo de Cooperação sendo, estes rendimentos, recolhidos aos cofres públicos.
- 13) **VIGÊNCIA DA CPR:** No mínimo 6 (seis) meses, prorrogáveis mediante aditivo acordado com a Sureg, até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura. É facultado à organização fornecedora solicitar o encerramento antecipado da CPR.
- 14) **EXECUÇÃO E INÍCIO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS:** A organização somente poderá iniciar as entregas dos produtos a partir da data da assinatura da CPR. As entregas serão realizadas de acordo com a "Proposta de Participação" e não poderão ser feitas após o término da vigência da CPR. Qualquer entrega realizada fora da vigência da CPR será de inteira responsabilidade da organização fornecedora, não cabendo qualquer pagamento por parte da Conab.
- 15) **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Realizada por meio do aplicativo PAAnt Entregas. A documentação exigida na prestação de contas é a seguinte:
- a) Nota Fiscal de Venda à Conab, emitida pela organização fornecedora, consoante TÍTULOS 04, 20 e 21 do MOC ou outro documento fiscal definido pela Conab;
 - b) "Termo de Recebimento e Aceitabilidade" – Documento 8 deste Título;
 - c) "Relatório de Entrega" – Documento 9 deste Título, gerado pelo PAAnt Entregas quando da sua transmissão;
 - d) "Relatório de Pagamentos" – Documento 7 deste Título, exigido a partir da 2ª entrega.
- 16) **LIBERAÇÃO DOS RECURSOS APÓS ENTREGA:** A liberação dar-se-á por meio de transferência da conta bloqueada (vinculada) para a conta de livre movimentação, mediante autorização formal da Conab, correspondente à prestação de contas das entregas realizadas, após apresentação dos documentos descritos neste item a seguir:
- a) a partir da segunda entrega, a liberação dar-se-á mediante apresentação, também, da relação dos valores efetivamente pagos a cada um dos beneficiários fornecedores pela entrega anterior, conforme o "Relatório de Pagamentos" (Documento 7 deste Título);
 - b) os custos operacionais poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos beneficiários fornecedores, desde que previamente acordado com estes beneficiários, conforme estabelecido no "Termo de Compromisso do Beneficiário Fornecedor" – Documento 5 deste Título;

TÍTULO 30 – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 019, DE 01/09/2014
--

- c) a liberação dos recursos poderá sofrer retenção e/ou glosa para correção de irregularidades nas prestações de contas apresentadas e para garantia de saldamento de dívidas do CNPJ para com a Conab;
 - d) a organização fornecedora deverá manter arquivados os documentos que comprovem os pagamentos efetuados aos beneficiários fornecedores por um prazo mínimo de 10 (dez) anos, e o registro do acordo em relação a política de descontos adotada entre Beneficiário Fornecedor e Organização Fornecedor.
- 17) PRORROGAÇÃO:** Observado o limite constante no item 13, e havendo necessidade de prorrogação, a organização deverá enviar pedido por ofício, à Conab, justificando o pleito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do vencimento, sob pena de indeferimento do pedido. Para efeito de formalização da prorrogação deverá ser emitido o respectivo Termo Aditivo à CPR.
- 18) ALTERAÇÕES PERMITIDAS:** São admitidas alterações, solicitadas por meio do formulário "Solicitação de Alterações" – Documento 12 deste Título, e após a atualização dos respectivos documentos do item 8, e com a devida concordância da Sureg.
- a) de produtos: produto não previsto na "Proposta de Participação" poderá ser incluído desde que haja concordância formal da unidade recebedora, e que a quantidade do novo produto a ser entregue esteja de acordo com a conversão de preços entre o produto substituído e o substituto;
 - b) de beneficiários fornecedores;
 - c) da unidade recebedora;
 - d) de quantidade de produto a ser entregue: produto previsto na "Proposta de Participação", desde que pactuado entre organização fornecedora e unidade recebedora.
- 19) CONTROLE SANITÁRIO E DE QUALIDADE:** Aplicável a produtos *in natura*, beneficiados, manipulados, processados e industrializados, em consonância com o item 4 deste Título e com o Documento 14 deste Título.
- 20) ORIENTAÇÕES:** A Conab, de acordo com a conveniência e oportunidade, poderá realizar procedimentos orientativos às organizações fornecedoras, unidades recebedoras, beneficiários fornecedores e demais envolvidos com a proposta de participação. As organizações fornecedoras, a qualquer momento, poderão solicitar orientações à Sureg.
- 21) FISCALIZAÇÃO:** A Conab fiscalizará os termos previstos no instrumento pactuado, os procedimentos e a documentação comprobatória da operação, por amostragem. As organizações fornecedoras, unidades recebedoras, beneficiários fornecedores e demais envolvidos com a "Proposta de Participação" serão objeto da fiscalização.
- 22) INFRAÇÕES E PENALIDADES:** As infrações e as penalidades correspondentes estão descritas nas "Infrações e Penalidades" – Documento 10 deste Título.
- 23) ENVIO DE DOCUMENTOS:** Todos os documentos relacionados neste Título devem ser endereçados às Suregs, nos endereços do link <http://www.conab.gov.br/conab-superintendenciasregionais.php?a=13&t=1> (Quem é Quem), na figura do/a Superintendente Regional.
- 24) DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:**
- a) este Comunicado MOC entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União;
 - b) as CPR assinadas anteriormente à publicação no DOU são regidas pelos Manuais (MOC) vigentes à época.
- 25) CASOS OMISSOS:** Os casos omissos ou de natureza específica serão dirimidos pela Conab.